

# **O PLANEJAMENTO ESTADUAL NA FORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO CATARINENSE**

Fábio Farias de Moraes<sup>1</sup>  
fariasdemoraes@outlook.com

## **1 - Introdução**

Na América latina, após a Segunda Guerra ocorre o processo de transição da propriedade majoritariamente privada e estrangeira no setor elétrico para a propriedade pública, que envolveu a separação de funções entre os capitais dessas origens nos sistemas elétricos. Essa domesticação da propriedade das empresas do setor elétrico atribui-se, por um lado, ao desinteresse do capital privado em realizar as vultosas inversões que exigiam as novas plantas geradoras, de dimensões muito superiores as das décadas anteriores, e; de outro, a postura proativa do Estado frente ao abastecimento de tal insumo, já amplamente percebido como vital para a industrialização e o desenvolvimento econômico. Os riscos de investir-se muito capital em economias longínquas, relativamente desconhecidas, heterogêneas e que nem mesmo demonstravam robustez condizente com o dispêndio — pois as plantas de geração elétrica, nesse momento, deveriam antever as expansões na demanda e, portanto, lidar com tamanha incerteza —, em um período que a transnacionalização do capital intensificou-se e múltiplas possibilidades de investimentos mais rentáveis ou menos arriscados como nos investimentos entre países centrais vão competir pelos recursos, são determinantes que confluíram para o desinteresse do capital privado estrangeiro. Mas o Estado, amplamente compreendido como agente do desenvolvimento econômico nos países periféricos como na América Latina, não poderia deixar o abastecimento da energia motriz de indústrias, ou mesmo o serviço de iluminação pública simplesmente por conta dos interesses forâneos das grandes corporações multinacionais. A expansão da utilização da energia elétrica na vida cotidiana e na produção se mostrava como um processo irreversível. O não atendimento desse serviço poderia ter custos econômicos, políticos e sociais. Portanto, de forma bastante sintética, foram esses os motivos que levaram aos acordos que segregaram as funções de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no território brasileiro, cabendo ao Estado e sua ampla capacidade de endividamento as atividades mais dispendiosas e ao capital privado a de

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (processo nº 162277/2015-6).

distribuição. Como os equipamentos ainda eram importados e a relação entre a eletrotécnica e os produtores de energia elétrica era bastante próxima, tal clivagem, como presumível, foi ao encontro dos interesses privados. Do Norte também vinha o financiamento de longo prazo dos equipamentos pesados, no início em sua totalidade importados. Como as estatais eram as grandes tomadoras dos créditos de longo prazo as negociações confundiam-se com relações diplomáticas, enquanto no ambiente geopolítico global definiam-se estratégias da Guerra Fria. Nesse panorama geral brasileiro, os planos de eletrificação estaduais são precursores da intervenção estatal no setor.

Para compreender a formação do setor elétrico em Santa Catarina, entre a década de 1950 e 1970, o planejamento da intervenção estatal à escala estadual, é de fundamental análise, já que por bom tempo o fenômeno político-econômico ficou confinado aquele período. Sendo assim, para estudar a história econômica regional é relevante que evidenciemos neste trabalho as atividades da Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina e a seqüência de planos estaduais que se sucederam: como o Plano Regional de Eletrificação do Estado de Santa Catarina do Governo Jorge Lacerda, de 1957, o Plano de Obras e Equipamentos - POE (1955-1960), o Plano de Metas do Governo - PLAMEG (1961-1965), o PLAMEG II (1966-1970), e o Projeto Catarinense de Desenvolvimento - PCD (1971-1974). Todos eles tiveram importantes investimentos em energia elétrica, inclusive a criação e expansão da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA, ainda uma das maiores distribuidoras de energia elétrica no país.

## **2 - O planejamento em Santa Catarina e a formação do setor elétrico no estado**

A partir da década de 1960, com fortes estímulos a concentração de capital, o padrão de crescimento da economia catarinense se altera substancialmente e passa a ser comandado por grandes e médias empresas. Seja nos novos setores dinâmicos — como o eletro-metal-mecânico, plástico e papel e celulose — ou nos setores tradicionais — produção de alimentos, cerâmica, têxtil e vestuário, mineração de não-metálicos, madeireiro, moveleiro e produtor de porcelana e cristais — a pulverização dá lugar a centralização e grandes firmas são beneficiadas com a intervenção do governo estadual. Sem a mesma atração ao capital estrangeiro observada no sudeste brasileiro, houve espaço para expansão dos capitais locais. Esses capitais beneficiaram-se da integração ao mercado nacional e dos investimentos estatais em infraestruturas, sobretudo energia, transportes e telecomunicações, nas facilitações ao financiamento, com a criação de um novo sistema de crédito, e com os programas de incentivos fiscais. (GOULARTI FILHO, 2002)

Em consonância com o movimento nacional e diante das limitações ao rápido desenvolvimento econômico — consensualmente desejado na época —, os governos no estado de Santa Catarina tiveram de entremeter-se nas questões da infraestrutura social e normativas existentes até a década de 1950, que não mais respondiam a nova ordem econômica, pressionada por uma indústria em boa medida originada na pequena produção mercantil, mas que se diversificava e, praticamente asfixiada, demandava crescentemente recursos financeiros, estradas, portos, linhas telefônicas e disponibilidade considerável de energia elétrica. Grosso modo, esse foi o pano de fundo para a elaboração das primeiras propostas de planejamento estadual, que ao longo de duas décadas permitiram um salto qualitativo da indústria catarinense.

Para o conhecimento e o planejamento do setor elétrico já havia sido criada, anos antes, em 1951, a Comissão de Energia Elétrica de Santa Catarina - CEE. Este órgão, subordinado a Secretaria de Viação e Obras Públicas (Lei Estadual de Santa Catarina Nº 505, de 13 de agosto de 1951) teria importante papel no desenvolvimento dos sistemas elétricos de Santa Catarina nos anos vindouros, até a primeira metade da década de 1970. Sobre a atuação da CEE na formação do setor elétrico catarinense, cabe ressaltar, de antemão, que para o planejamento dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado a CEE foi de grande valia, participando na elaboração dos principais estudos que guiaram as ações tomadas pelos sucessivos governadores.

Os maiores produtores de energia elétrica no estado ficavam na região dos municípios de Joinville, Blumenau, Tubarão e Florianópolis. Eram a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade – Empresul, fornecendo em média, entre 1950-55, 20% da energia elétrica produzida no estado; a Força e Luz Santa Catarina, com média de 45% nesse mesmo período, e; a Usina Termoelétrica de Capivari - UTE pertencente a Companhia Siderúrgica Nacional, no então município de Tubarão, fornecendo 23% do suprimento. Bem menor que essas, mas importante para abastecimento da capital, também havia a Empresa Luz e Força de Florianópolis - Elfa. No total estadual chegava-se a 207 MWh, em 1955, e, a despeito do crescimento da oferta pela Empresul e UTE nos anos anteriores, apagões e racionamento eram um constante.

Com base em trabalhos técnicos, dentre os quais os da CEE, e diante do quadro apresentado na economia catarinense, de insuficiência de suprimento de energia elétrica, cinco experiências de planejamento a nível estadual são de fundamental compreensão para a formação do setor elétrico regional: entre 1956-1960, entre 1961-1965, entre 1966-1970, entre 1971-1974 e entre 1975-1979. A seguir sintetizamos individualmente esses planos pela ótica que mais nos interessa a princípio, seu impacto sobre a formação do setor elétrico de Santa Catarina.

## **2.1 - Plano de Obras e Equipamentos - POE (1956-1960)**

Na segunda metade da década de 1950 o planejamento e a intervenção estatal direta já estavam consolidados no país como mecanismo de promoção da indústria e de desenvolvimento. No âmbito do território nacional, já desde 1943, o Plano Federal de Obras e Equipamento - POE federal<sup>2</sup> de Getúlio Vargas, o Plano Saúde, Alimentação, Transporte e Educação - SALTE de Dutra, e diversos planos setoriais, além do destacado Plano de Metas do Governo Kubitschek, somados a criação de empresas estatais federais como Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores - FNM e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), abriam precedentes para que os estados elaborassem seus planos de intervenção visando resolver os gargalos de suas economias e alçá-las no processo de industrialização.

Em Santa Catarina não foi diferente. O primeiro ensaio de planejamento, mesmo parcial, foi feito em 1955. O governador Irineu Bornhausen, a despeito do traço liberal da oligarquia a qual representava, enviou, no início daquele que seria seu último ano de governo, para apreciação da Assembleia Legislativa o Plano de Obras e Equipamento - POE, que seria sancionado no mês de novembro. O POE, que teria execução programada para ocorrer entre 1956 e 1965, foi dividido em quatro partes: I - Estradas (com 45% dos recursos totais inicialmente previstos); II - Energia (com 35% dos recursos); III - Agricultura (com 10%) e; IV - Educação e Saúde (com 10% dos recursos). A fonte dos recursos seria uma taxa de 20% adicionada ao Imposto Sobre Vendas e Consignação - IVC<sup>3</sup>, com vigência até 1965, o que geraria, conforme estimativas do POE para os 10 anos de execução, cerca de 1,8 bilhões de cruzeiros (SANTA CATARINA, 1955). Para a distribuição corrente dos recursos captados as quatro partes receberiam, respectivamente, 45%, 35%, 10% e 10%. Foi criada uma Comissão Executiva do Plano de Obras e Equipamentos, que diretamente ligada ao Poder Executivo estadual administraria todo o processo de execução. O POE também amarrava a Comissão de Energia Elétrica - CEE através da composição de sua Comissão Executiva. (Lei Nº 1.627, de 18 de dezembro de 1956)

No texto do Plano fica nítida a situação do abastecimento precário de energia elétrica em todo estado, incluindo as regiões com maior disponibilidade, cujos racionamentos também se faziam presentes naquela altura. O plano previa, em 1955, obras

---

<sup>2</sup> Acrescentamos o qualificativo "federal" simplesmente para diferenciar do Plano de Obras e Equipamentos de Santa Catarina - POE.

<sup>3</sup> O IVC foi um imposto criado pela Constituição Federal de 1934 e vigorou até a reforma tributária de 1965 (Emenda Constitucional 18/65), que, tentando resolver o problema da cumulatividade desse imposto, instituiu o ICM (posteriormente a CF/88, ICMS). Assim como seu sucessor, o IVC era a principal fonte da arrecadação dos estados.

que acrescentariam 193.770 kW de potência aos sistemas elétricos de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1955). No projeto enviado à Assembleia Legislativa há diferenças em relação ao texto da lei que aprovava o POE e que excluía a construção de uma usina termelétrica em Tubarão — que teria 30.000 kW, conforme o plano, mas estava em negociação com o Governo Federal — e acrescentava um usina hidroelétrica em Itaiópolis, modificando os orçamentos previstos e reduzindo o total de investimentos na área em dois terços. Assim o texto legal na parte “II - Energia” previu:

1. Construção da usina hidroelétrica de Chapecozinho (orçamento de Cr\$ 74.053.000,00);
2. Construção da Usina do Estreito do Rio Uruguai (orçamento de Cr\$ 10.000.000,00);
3. Construção da Usina de Itaiópolis (orçamento de Cr\$ 10.000.000,00);
4. Construção da Usina Rio Canoas (orçamento de Cr\$ 92.000.000,00);
5. Construção da Usina do Rio Cubatão (orçamento de Cr\$ 81.000.000,00);
6. Construção da 1ª Usina do Rio Garcia (orçamento de Cr\$ 63.900.000,00);
7. Construção da 2ª Usina do Rio Garcia (orçamento de Cr\$ 105.000.000,00) e;
8. Construção de linhas de transmissão (cujo orçamento foi de Cr\$ 106.157.000,00).

Os orçamentos que constam da lei do POE são os previstos no documento enviado à Alesc como custos da primeira etapa de cada usina, portanto, somente os desembolsos prioritários, salvo a do Estreito do Rio Uruguai, cujo orçamento para “construção imediata” foi de Cr\$120.000.000,00, portanto, deixado a conjectura futura, e a usina de Itaiópolis, que nem estava listada na proposta. O que se verificará é que esses investimentos seriam realizados por uma empresa de capital estatal<sup>4</sup> que centralizaria e exerceria o controle da produção do setor diretamente ou por associação com o capital local.

Havendo a troca de governador no ano seguinte da aprovação do POE, o programa foi modificado, mas aquelas obras e o aproveitamento daqueles recursos hídricos na geração de energia elétrica figurariam nas alterações subseqüentes do Plano. Algumas das obras em questão viriam ser executadas, inclusive, pela Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc, a mais frutífera iniciativa do Governo Irineu Bornhausen no campo da energia elétrica.

A Celesc surge na esteira da criação, em várias partes do país, de empresas estatais estaduais para ampliação de seus sistemas elétricos. No momento de sua criação, em dezembro de 1955, já existiam outras iniciativa de governos estaduais, no Amazonas, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, e, inclusive, Rio Grande do Sul e Paraná.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> O Art. 7ª da lei do POE permitiu organizar “sociedade por ações, destinadas a planejar, construir e explorar sistemas de produção transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina operando diretamente ou através de subsidiárias ou empresas a que se associar”, dispositivo que viria ser utilizado logo da aprovação da lei. (Lei Nº 1.365, de 4 de novembro de 1955)

<sup>5</sup> a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - CEEE (desde 1943) Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - Cemig (desde 1952); a Companhia de Eletricidade de Manaus -

Esse movimento não se esgota até a primeira metade dos anos 1960, vindo ainda a serem constituídas, em termos semelhantes, pelo menos mais treze empresas<sup>6</sup>.

Em 1956, mesmo ano em que foi autorizado o funcionamento da Celesc por Juscelino Kubitschek, o novo governador do estado, Jorge Lacerda, incorporou o POE, mas alterou razoavelmente seu texto. A parte social do plano foi subdividida em Educação (com 5,2% dos recursos) e Saúde (agora com 4,8% dos recursos), além de terem sido alteradas as obras do programa. A distribuição corrente dos recursos também não mais obedeceria os percentuais rígidos inicialmente estipulados, ficando o grau de prioridade como nova regra. Essas prioridades seriam definidas pela então criada Secretaria Geral do Plano de Obras e Equipamentos, sob a qual ficou subordinada a Comissão Executiva do Plano de Obras e Equipamentos. A Comissão de Energia Elétrica - CEE teve aumentado seu papel, tendo responsabilidade pela construção de sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, quando essas fossem realizadas pelo Poder Público. (Lei Nº 1.627, de 18 de dezembro de 1956)

No que concerne a energia elétrica, depois da alteração, o POE passou a permitir que o governo do estado participasse com percentual inferior a 51% (limite mínimo estabelecido para participação nas sociedades anônimas de que tratava o artigo 7 da lei n.º 1.365, de 4 de novembro de 1955) em empreendimentos cujo acionista majoritário fosse a União, dando fluidez nas negociações com o Governo Federal sobre a termoelétrica de Tubarão. A cota do Imposto Único Sobre Energia Elétrica, que cabia ao estado de Santa Catarina, poderia agora ser incorporada como fonte de sustentação financeira do Plano e empregada nos estudos e obras do POE destinados ao setor e a parte dos municípios também poderia ser empregada em convênios com a Administração estadual.

Na nova lei do POE transpareceu a preocupação de Jorge Lacerda e também de seu vice, Heriberto Hülse (que viria assumir o cargo, após a morte de Lacerda num acidente de avião, em 1958, junto com Nereu Ramos), com os problemas da indústria carbonífera, com a qual se ligavam, Lacerda desde os tempos de deputado federal e Hülse por ser

---

CEM, no Amazonas (também de 1952); a empresa Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. - Uselpa, no estado de São Paulo (desde 1953); a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel (desde 1954); a Empresa Fluminense de Energia Elétrica (EFE), no Estado do Rio de Janeiro (também de 1954); e as recém criadas Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo - Cherp e Centrais Elétricas de Goiás SA - Celg (criada em 1955. Com funcionamento autorizado em 1956). (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE DO BRASIL, 2016)

<sup>6</sup> As outras são: Espírito Santo Centrais Elétricas - Escelsa (1956), Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA (1956), Centrais Elétricas Matogrossense SA - Cemat (1958), Centrais Elétricas do Maranhão S.A. - Cemar (1958), Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Celba (1959), Empresa Distribuidora de Energia Elétrica em Sergipe S.A. - Energipe (1959), Companhia de Eletricidade de Pernambuco S.A. - Celpe (Criada em 1960, mas utorizada a funcionar só em 1965), Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern (1961), , Centrais Elétricas do Piauí S.A. - Cepisa (1962), Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa (1962), a Centrais Elétricas do Amazonas S.A. - Celetramazon (1963) e a Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre (1965). (CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE DO BRASIL, 2016)

natural de Tubarão e ex-funcionário da mineradora CBCA e da Companhia Docas de Imbituba (GOULARTI FILHO, 2002). O POE incluiu no rol de obras para o setor de energia, sem prejuízo das já previstas em 1955, a subscrição de ações (no total de Cr\$160.000.000,00) na sociedade para construção da usina termoeletrica em Tubarão, com a potência inicial de 100 Megawatts, de que também participariam a União, a Companhia Siderurgica Nacional e particulares, preferencialmente mineradores de carvão; a construção de obras e instalação de equipamento gerador no sistema Empresul (somando Cr\$80.000.000,00) — cujo maior acionista na época era o governo do estado, sendo incorporada pela Celesc logo depois, como veremos — e; na ampliação e construção de sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, em operação ou que viessem operar no território catarinense (Cr\$40.000.000,00). Estava previsto aí uma nova linha de transmissão Capivari-Florianópolis-Jaraguá do Sul e subestações necessárias para “atender, com energia da usina termoeletrica de Capivari [em Tubarão-SC], aos sistemas de distribuição que operam na região que atravessa, como a Empresa de Luz e Força de Florianópolis - ELFFA -, Empresa Força e Luz de Santa Catarina S. A., Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A. - EMPRESUL - e outros”. (Lei Nº 1.627, de 18 de dezembro de 1956)

Em 1957 foi editado o Plano Regional de Eletrificação do Estado de Santa Catarina do Governo Jorge Lacerda. Trata-se de um diagnóstico da economia catarinense e perspectivas para sua necessidade de suprimento de energia elétrica até 1965. O estudo apontava a precária situação do setor elétrico na primeira metade da década de 1950, momento em que era cada vez mais comum a própria iniciativa privada local tentar resolver seus problemas energéticos.<sup>7</sup> O prognóstico desse plano era de aumento a taxas elevadas das necessidades energéticas do estado frente a um processo de crescimento virtuoso dos setores econômicos, sobretudo industrial. (COMPANHIA BRASILEIRA DE ENGENHARIA, 1957)

Nesse sentido, caberia ao Estado resolver o problema de insuficiência, com os investimentos previstos: a instalação de um turbogerador de 12 MW da UTE Capivari, para 1958 (que passaria a potência instalada de 27424 kW); a entrada em operação da Usina Hidrelétrica Palmeiras, em 1959 (com 12 MW) e que já estava em construção desde 1956 (obtendo financiamento do BNDE); a instalação de geradores diesel, em 1957, em Florianópolis e Joinville (de 2,4 MW e 8 MW, respectivamente); e previstas, para 1965, a conclusão das usinas nos rios Canoas (12,4 MW, em Lages), Cubatão (10MW, em Joinville) e as duas etapas da usina do rio Garcia (1ª de 9 MW e a 2ª de 15 MW, na época município de São José), além da usina termoeletrica a carvão mineral de Tubarão (com 100 MW). No

---

<sup>7</sup> O documento traz, por exemplo, uma estimava “grosseira” de cerca de 20 mil kW a potência somada dos geradores a diesel privados instalados em Joinville e Blumenau (CBE, 1957. p. 77).

plano ainda constavam obras para reforço do potencial hidráulico da Usina de Bracinho, por meio de desvio do rio Júlio. As construções de linhas de transmissão também são destacadas, como a de Capivari-Florianópolis, em 132 kV, que deveria ser finalizada até 1959, e seu segmento até Jaraguá do sul (que substituiria assim a linha de 44 kV Capivari-Florianópolis-Jaraguá do Sul<sup>8</sup>), promovendo interligação dos sistemas por onde passava e estendendo ramais a outros pontos, com as devidas subestações e a unificação de frequências desses sistemas em 60 ciclos.

Na medida em que os projetos iam sendo implantados, o esquema normativo também ganhava contornos mais definidos. A partir de 1959 a CEE ainda teve como competência a possibilidade de “Firmar convênios de natureza técnica e financeira, com a União e as Prefeituras Municipais, objetivando a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, ‘ad referendum’ da assembléia” (Lei Estadual Santa Catarina nº 2033, de 22 de junho de 1959). Este novo instrumento somou-se ao conjunto de regras voltadas para o setor. Mas a essa altura, restava pouco mais de um ano e meio para o fim do Governo Hülse.

Efetivamente, o POE foi a até 1960 e, nesses termos - citando Fernando Marcondes de Mattos -, GOULARTI FILHO (2002) destaca que os programas rodoviário e de energia tiveram algum êxito e o mesmo não se poderia dizer sobre as áreas de educação e saúde. A pavimentação das rodovias de São Francisco a Joinville e de Blumenau a Itajaí, além da reconstrução da Estrada Dona Francisca, ligando Mafra a Joinville, foram importantes legados do programa rodoviário. No campo energético a potência instalada das usinas elétricas cresceu 42%, entre 1955 e 1960, e algumas obras já chegavam a fase adiantada. O maior destaque dentre as obras era da construção da usina termoeletrica em Tubarão.

Tabela: **Potência (MW) das usinas elétricas de Santa Catarina 1955-1960**

Ano	Santa Catarina	Celesc	Celesc/SC
1956	71,5	17,2	24%
1957	72,2	17,2	24%
1958	78,2	20,2	26%
1959	74,9	24,6	33%
1960	84,6	24,6	29%

Fonte: GOULARTI FILHO (2002); CELESC, Relatório anual de 1959 (1960); CELESC, Relatório Anual de 1962 (1963).

<sup>8</sup> O trecho entre Jaraguá do Sul e Florianópolis da linha de transmissão Capivari-Florianópolis-Jaraguá do Sul (com extensão de 265 km em 44 kV) teve 2934 horas de interrupção, programadas ou acidentais, em 1954. Em 1955 foram 1454 horas e 532 horas em 1955, tempo ainda elevado, mas que foi reduzido devido a substituição de isoladores da linha. No Plano de Eletrificação de Jorge Lacerda o trecho da linha entre Capivari a Florianópolis seria substituído e os materiais retirados da antiga linha seriam remontados conectando Jaraguá do Sul aos municípios do Planalto Norte de Santa Catarina (CBE, 1957. p. 85).



A partir de sua criação, tomando força na segunda metade dos anos 1950 e princípios dos anos 1960, aquelas companhias elétricas estaduais supracitadas passam a controlar as diversas unidades geradoras, particulares ou municipais, pulverizadas em seus estados e imprimir um caráter de racionalização dos sistemas elétricos, já com recomendações amplamente difundidas em planos de eletrificação — seja federais ou mesmo estaduais, como o foi no Plano Regional de Eletrificação do Estado de Santa Catarina do Governo Jorge Lacerda (CBE, 1957) — discutidos em todo país que preconizavam a interligação dos sistemas elétricos, a unificação de frequências e a padronização de tensões de transmissão e distribuição. A exemplo disso, a Celesc, em seus primeiros anos de atividade incorporou a Elffa, a Empresul e a Força e Luz de Videira - Videluz, passando a controlá-las em esquema de *holding*.

Tabela: **Dados de carga (kWh) do grupo Celesc por usinas 1956-1960**

Usinas	1956	1957	1958	1959	1960
<b>Maroin – Elffa</b>	1.398.240	994.974	1.102.980	1.168.240	1.195.488
<b>Bracinho – Empresul</b>	32.808.000	41.695.222	40.124.000	36.993.000	49.624.000
<b>São Lourenço - Empresul</b>	1.513.638	1.574.850	1.543.865	1.107.631	1.548.520
<b>Piraí – Empresul</b>	4.511.746	6.085.068	6.007.847	5.055.463	5.229.200
<b>Rio do Peixe – Videluz</b>	-	-	1.212.227	1.747.420	2.022.480
<b>Rio das Pedras – Videluz</b>	-	-	-	-	124.140
<b>Diesel Fpolis</b>	127.020	91.540	3.209.245	2.917.610	948.780
<b>Diesel Joinville</b>	-	-	-	3.799.000	8.778.900
Crescimento	-	25%	5%	-1%	32%
<b>Total</b>	40.358.644	50.441.654	53.200.164	52.788.364	69.471.508

Fonte: CELESC, Relatório anual 1962 (1963).

A Celesc absorveu para si, portanto, parte da capacidade já instalada no estado, sem que gerasse significativo impacto positivo de imediato. A expansão da produção de energia elétrica só foi significativa ao final do período que aqui consideramos como de “vigência” do POE, 1956-1960, por conta da operação da Barragem do Rio Júlio<sup>9</sup> e da operação da segunda etapa da usina diesel de emergência de Joinville, estratégia apontada pela CEE que foi adotada pelo governo do estado desde 1957 (CEE, 1957). De 1956 a 1960 a Celesc teve sua clientela ampliada em pouco mais de 10 mil unidades consumidoras, representando ainda um percentual muito pequeno do território atendido por suas redes (de 8,5% em 1955 passa a 9,9 em 1960).

<sup>9</sup> Na Usina Bracinho, local pertencente ao território de Schroeder-SC, município vizinho a Joinville que se emancipou em 1964.

## 2.2 - Plano de Metas do Governo - PLAMEG (1961-1965)

Apesar de o POE já ter tentado traçar, desde 1956, princípios de planejamento e expansão econômica coordenada, foi no PLAMEG que efetivamente se utilizaram pela primeira vez no estado instrumentos de política econômica ativos, seja para a construção da infraestrutura social básica ou para o financiamento das atividades produtivas. A Lei que instituiu o Plameg foi sancionada em julho de 1961, incorporou normas da legislação do POE e utilizou do mesmo mecanismo de sustentação financeira, uma taxa sobre o IVC, ampliando-a para 25% em 1961 (Lei Estadual Santa Catarina n.º 2.772, de 21 de julho de 1961), juntando a “Taxa de Investimento”, também de 25% sobre o IVC (criada em 1959, pela lei Lei Nº 1.981, de 12 de fevereiro de 1959) e agrupando-as contabilmente a partir de janeiro de 1962, como “taxas de Desenvolvimento”. Deste modo, somando-se ainda a vinculação de uma série de outras arrecadações e a criação de tributos<sup>10</sup>, além da canalização de recursos federais<sup>11</sup>, foi alargada substancialmente a capacidade de investimento do Estado. Os recursos seriam organizados em seis fundos, dentre os quais o “Fundo de Obras e Equipamentos”, destinado a custear investimentos em infra-estrutura (estradas, energia e obras de arte). A previsão de gastos totais para o período entre 1961-65 foi de Cr\$ 17,5 bilhões e o Poder Executivo estava autorizado a emitir Letras do Tesouro do Estado em até 30% dos dispêndios<sup>12</sup> do PLAMEG para execução do plano. A execução do Plameg ficou a cargo do Gabinete de Planejamento, organização autárquica, subordinada direta do governador e supervisionada pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado, cuja composição mantinha a Comissão Executiva o Plano de Obra e Equipamentos.

Tabela 2: **Divisão dos investimentos do PLAMEG (em milhões de cruzeiros)**  
**1961-1965**

ESPECIFICAÇÃO	Total	1961	1962	1963	1964	1965
<b>I – O HOMEM</b>	<b>Investimento para a melhoria das condições de vida do homem</b>					
1. Educação e Cultura	2.040	204	326,4	408	489,6	612
2. Justiça e Segurança Pública	980	98	156,8	196	234,2	294
3. Saúde Pública e Assistência Social	1.150	115	184	230	276	345

<sup>10</sup> Como a Taxa sobre Veículos Automotores Particulares, de que 30% arrecadado destinar-se-ia para composição do Fundo de Obras e Equipamento; a Taxa de Assistência à Indústria Local, que vigorou até 1964, e, depois da modificação dada pela Lei 2.999/61, foi integralmente revertida em favor do Fundo de Obras e Equipamentos; a Contribuição de Melhoria e a Taxa de Valorização (que eram cobradas segundo disciplinava a Lei Federal n. 854, de 10 de outubro de 1949, que tratava da valorização imobiliária particular decorrente de melhoria feita no entorno da propriedade pelo poder público), que integravam também Fundo de Obras e Equipamento.

<sup>11</sup> No caso seriam recursos que se somariam aos valores que o governo do estado já se comprometia a investir, aumentando os orçamentos.

<sup>12</sup> Alterado para “30% do valor dos créditos orçamentários do Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo”. (Lei Estadual Santa Catarina n.º 3.576, de 22 de dezembro de 1964)

4. Sistemas de Água e Esgoto	500	50	80	100	120	150
<b>II – O MEIO</b>	<b>Investimentos de infra-estrutura</b>					
5. Energia	4.650	465	744	930	1.116,00	1.395,00
6. Rodovias e	4.950	495	792	990	1.188,00	1.485,00
Obras de Arte	600	60	96	120	144	180
<b>III – Expansão Econômica</b>	<b>Investimentos para expansão agrícola e industrial</b>					
<b>Agricultura e Pecuária</b>						
7. Armazenagem e ensilagem	260	26	41,6	52	62,4	78
8. Experimentação, fomento e aparelhamento agropecuário	820	82	131,2	164	196,8	246
9. Abastecimento	250	25	40	50	60	75
<b>Indústria e outras atividades</b>						
10. Participação em empreendimentos pioneiros	1.000	100	160	200	240	300
<b>Crédito</b>						
11.Banco do Estado	300	150	30	30	40	50
<b>TOTAL</b>	<b>17.500</b>	<b>1.870,00</b>	<b>2.782,00</b>	<b>3.470,00</b>	<b>4.168,00</b>	<b>5.210,00</b>

Fonte: Lei Estadual de Santa Catarina Nº 2.772, de 21 de julho de 1961.

O maior arrojo do Plameg em relação ao POE decorre, possivelmente, do desembaraço de sua formulação. Ainda vigorando o POE gestava-se o que viria ser o Plameg, quando uma série de seminários socioeconômicos regionais organizados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC — em que viriam contribuir também a Confederação Nacional das Indústrias - CNI e o Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL/BNDE — acontecia, entre 1959 e 1960, em diversas cidades catarinenses, com um nó atado por um seminário final em Florianópolis. No conjunto foi produzido um documento que diagnosticava a situação infraestrutural catarinense e permitia ao planejamento da intervenção estatal a liberação das forças produtivas e a aceleração do crescimento industrial no estado, ou, dito de outra forma, “a ordem econômica moldando o Estado”, como afirmou Goularti Filho (2002. p. 207). O seminário foi tão bem-sucedido que a programação setorial não sofreu reformulação. (SANTA CATARINA, 1965)

No início da década de 1960, a Celesc constituiu mais três subsidiárias, a Companhia Pery de Eletricidade - Cipel, de Curitiba (em 1962 para tocar as obras da usina hidrelétrica Pery, que entrou em operação em 1965), a Companhia Serrana de Eletricidade - Cosel (responsável pelas obras de ampliação da usina hidrelétrica de Caveiras, suprindo carga a partir de 1964) e a Companhia Oeste Catarinense de Eletricidade - Cioeste, de Concórdia. No mesmo ano a Celesc também tornou-se acionista majoritária na Força e Luz Santa Catarina SA, de Blumenau (que aquela altura, já vinha construindo a usina hidrelétrica Palmeiras). Estas empresas, juntamente a Elffa, Empresul e Videluz funcionaram como subsidiárias da Celesc até o final de 1963, quando foram totalmente absorvidas (incorporação das sociedades), no intuito aumentar o controle sobre

a exploração dos sistemas de produção, transmissão e distribuição e garantir o cuidado direto do Governo do Estado ao campo operacional. Na mesma ocasião houve a incorporação de ações de empresas distribuidoras como a Força e Luz São Francisco e SA e da Canoinhas Força e Luz SA, que passaram a condição de subsidiárias da Celesc<sup>13</sup> (CELESC, 1964). Essa estratégia, de incorporação de distribuidoras, será utilizada na década seguinte como forma de expansão e controle das redes elétricas no estado.

Em 1963, noticiava-se em Curitiba a negociação da Celesc para obtenção dos créditos de longo prazo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIB, que permitiriam a interiorização das linhas de transmissão da estatal. O jornal curitibano mostrava interesse na interligação da região ao sistema catarinense (DIÁRIO DO PARANÁ<sup>14</sup>, 1963). A Celesc assumia papel mais claro na clivagem do setor, que em Santa Catarina tomava corpo. Nos 10 anos que se sucedem a teia de redes da Celesc tornou-se um grande objeto técnico de alcance estadual, ampliando sua cobertura a mais de 80% do território do estado e interligando-se aos estados vizinhos.

A partir de 1964, em decorrência de negociações entre o Governador Celso Ramos e o Governo Federal, a Eletrobrás injetou (subscrevendo capital na Celesc) Cr\$1,15 bilhões nas obras para conclusão da Usina Garcia I e Palmeiras, e nas linhas de transmissão Tubarão-Lages-Joaçaba e Ilhota-Blumenau-Indaial-Ibirama-Rio do Sul (duplicação da linha). Essa linha de transmissão também contou com recursos obtidos no exterior no montante de 7,3 milhões de dólares, captados junto ao BID, dos quais SOTELCA (US\$ 3,6 milhões) e Celesc (US\$ 3,5 milhões) se beneficiaram. (CELESC, 1966)

Internamente, além do Tesouro estadual, o Plameg também foi financiado pelo Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE. Tal agência de fomento surgiu no mesmo impulso desenvolvimentista que se verificava no país e decorreu da iniciativa dos três governadores sulinos, em 1962. Junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina - BDE (que funcionava também como banco comercial até que, anos depois, foi transformado em Banco do Estado de Santa Catarina e perdeu seu caráter de agência de fomento), respondiam ao fraco desenvolvimento e baixa concentração do sistema bancário e, tal como nas infraestruturas, demandavam a ação do Estado para promover as vultosas inversões e longos prazos de retorno do capital (GOULARTI FILHO, 2002). Além dessas instituições regionais, a Celesc, nosso caso em evidência, também obteve financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico [e Social], pelo Fundo

---

<sup>13</sup> Note o leitor que nesse momento a regulamentação desse tipo de operação de incorporação era feita pelo Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, que não tinha regras tão explícitas como na “lei das SA”, de 1976.

<sup>14</sup> O mesmo jornal noticiaria mais vezes, no final da década, permitindo a observação da concentração dos investimentos da CELESC em redes, principalmente de distribuição de energia elétrica e sobre as interligações com os municípios da divisa dos dois estados (DIÁRIO DO PARANÁ, pelo menos nas edições de 09/11/1966; 10/09/1967; 01/03/1968; 04 e novamente 12/09/1968).

de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME (criado em 1964), já no final do Plameg, e também por outras linhas e avais para financiamento de equipamentos importados. (CELESC, 1963 e 1966)

Tabela: **Dados de carga (MWh) do grupo Celesc por usinas 1962-1966**

Usinas	1961	1962	1963	1964	1965	1966
<b>Maroin – Elffa</b>	1.001	774	856	852	904	952
<b>Bracinho – Empresul</b>	66.059	47.644	58.465	52.848	56.159	63.139
<b>São Lourenço – Empresul</b>	1.984	1.389	1.303	1.723	2.011	2.011
<b>Piraí – Empresul</b>	5.141	4.944	4.432	5.777	5.441	4.875
<b>Rio do Peixe – Videluz</b>	2.230	2.591	2.634	2.973	3.390	3.876
<b>Rio das Pedras – Videluz</b>	130	126	120	256	211	-
<b>Salto - Forçaluz SC</b>	-	52.183	43.831	50.669	45.742	32.456
<b>Cedros - Forçaluz SC</b>	-	42.557	42.883	37.589	38.647	27.402
<b>Palmeiras</b>	-	-	2.600	43.042	57.304	61.067
<b>Caveiras</b>	-	-	12.535	11.993	10.876	11.622
<b>Celso Ramo</b>	-	-	-	7.200	9.641	10.619
<b>Garcia</b>	-	-	-	979	38.938	48.208
<b>Pery</b>	-	-	-	-	1.111	3.484
<b>Diesel Fpolis</b>	1.486	960	2.524	3.669	524	256
<b>Diesel Joinville</b>	8.585	9.945	10.346	10.952	3.864	2.425
<b>Diesel Blumenau</b>	-	6.114	4.530	-	-	-
<b>Térmica Joinville</b>	-	-	11.733	25.035	9.087	1.933
Crescimento	25%	95%	17%	29%	11%	-3%
<b>Total</b>	<b>86.615</b>	<b>169.227</b>	<b>198.791</b>	<b>255.560</b>	<b>283.850</b>	<b>274.324</b>

Fonte: CELESC, Relatório anual de 1966 (1967).

As usinas elétricas construídas no bojo do Plameg foram: Usina Hidroelétrica Celso Ramos, em Faxinal dos Guedes (situada no rio Chapecozinho, era conhecida, até 1963, por “Usina Hidrelétrica Esperinha”), com potência instalada de 5760 kW; Usina Hidroelétrica Pery, no rio Canoas em Curitiba, com 3840 kW; Usina Hidroelétrica Palmeiras, em Rio dos Cedros, com 19200 kW; Usina Garcia, em Angelina, com 9600 kW, e; foram ampliadas a Usina Hidroelétrica Rio do Peixe, em Videira (passando de 2558 kW para 4568 kW<sup>15</sup>), e a Usina Hidrelétrica Caveiras, em Lages; além de entregues a Usina Termelétrica de Joinville,

<sup>15</sup> Admitindo-se fator de potência 0,87 — utilizado em outra conversão no mesmo relatório da CELESC —, meramente para padronização dos dados. Segundo o Relatório de 1962 a potência da usina passava por ampliação de 2940 kVA para 5250 kVA. (CELESC, 1963)

com 5000kW (consumindo carvão vapor), e uma usina diesel de emergência em Blumenau. (CELESC, vários anos)

### **2.3 - Plano de Metas do Governo II - PLAMEG II (1966-1970)**

Sob a coordenação da Eletrobrás, do Ministério de Minas e Energia e do Departamento Nacional de Águas e Energia – Dnae<sup>16</sup>, chegava-se a etapas superiores da formação do setor elétrico, como as questões de segurança, estabilidade e padronização<sup>17</sup> de um sistema elétrico regional. A criação da Eletrosul, que ocorre no período, estatuiria essa fase<sup>18</sup>.

Em Santa Catarina, em 1965, foi sancionada a lei do II PLAMEG. O plano para o quinquênio 1966-1970 é uma continuidade do anterior no que se refere aos mecanismos de arrecadação e financiamento e do esquema institucional adotado. Os órgãos criados foram incorporados a Administração estadual, os tributos criados pelo POE e PLAMEG aperfeiçoados e incorporados definitivamente ao orçamento estadual, entendia-se o FUNDESC<sup>19</sup> por mais cinco anos e o financiamento dos gastos com o plano era ampliado pela emissão Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina em até 40% dos créditos orçamentário previstos para cada ano. Além disso, a legislação favorecia o entrosamento dos municípios, quando de interesse, podendo-se utilizar — além de suas próprias arrecadações — de suas receitas oriundas de participação em impostos estaduais e federais. Em 1966, com o governador Ivo Silveira, vinculavam-se ainda recursos federais provenientes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal<sup>20</sup> para investimentos do II PLAMEG. Com isso seriam investidos Cr\$ 225 bilhões nas quatro áreas estabelecidas. (Lei Santa Catarina n.º 3.698, de 12 de julho de 1965; Lei Santa Catarina n.º 3.791, de 27 de dezembro de 1965)

---

<sup>16</sup> Que foi criado em 1965, assumiu as funções da Divisão de Águas do DNPM e, após a extinção do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica - Cnaee, em 1969, também a função de outorgar concessões.

<sup>17</sup> A unificação progressiva da frequência (60Hz) para os sistemas de distribuição de energia tornou-se obrigatória em 1964 (Lei Federal nº 4.454, 06 de novembro de 1964).

<sup>18</sup> Sem aprofundarmos, resta lembrar ao leitor que após a extensão dos trabalhos do consórcio Canambra, de pesquisa e levantamento do potencial energético, para a porção sul do Paraná e estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a Eletrosul passa a usar o relatório produzido (em 1969) como norte de sua atuação (CABRAL, 2008). Ou seja, a partir do conhecimento sistematicamente produzido pelo próprio processo de planejamento estatal. Notadamente, mesmo antes de criar essa nova subsidiária, a Eletrobrás já alcançava praticamente todo o território nacional por meio de subsidiárias ou pelo financiamento de empresas como a CELESC e a CEA (Amapá), como se pode perceber em notícia veiculada pelo JORNAL DO BRAIL, “Eletrobrás: ligação do Brasil com o progresso” (p. 31. Quarta-feira, 22/01/1964).

<sup>19</sup> Tornou-se permanente pela Lei Estadual de Santa Catarina n.º 4.223, de 26 de setembro de 1968

<sup>20</sup> O fundo era formado por tributos sobre a propriedade rural e sobre produtos industrializados. (EMENDA CONSTITUCIONAL nº 18, de 1º de dezembro de 1965)

**Quadro: Participação das áreas de subdivisão do II PLAMEG na composição dos gastos previstos.**

<b>Área</b>	<b>Subdivisão</b>	<b>% previsto</b>
I – Melhoria dos meios administrativos:	Administração Pública; Sedes Administrativas	6
II – Valorização dos recursos Humanos:	Ensino; Pesquisa; Difusão Cultural	15
III – Expansão Econômica:	Energia; Transportes; Comunicações; Finanças; Industrialização; Riquezas Naturais; Agricultura; Pesca; Turismo;	62
IV – Melhorias das condições sociais	Cooper. com os serviços de justiça; Segurança Pública; Saúde Pública e Cooper. Social; Engenharia Sanitária; Habitação; Abastecimento	17

Fonte: GOULARTI FILHO (2002); SANTA CATARINA (1969).

O II PLAMEG, sancionado no último ano de governo de Celso Ramos, também se dispunha dar sequência às obras iniciadas no programa anterior. Parece que o artifício para promover um sucessor correligionário nas eleições repetia-se dez anos depois do POE. Contudo é importante destacar que a dimensão das obras de engenharia chegava a grandes números, já que a economia avançava a elevadas taxas de crescimento do produto e obras de engenharia mais modestas já haviam sido construídas por planos anteriores. O planejamento nessa fase já tratava de antever a expansão futura e não mais, como já o fora, somente para resolver gargalos. Todavia, esses gargalos ainda existiam, como por exemplo, na telefonia. Não obstante, o II PLAMEG, tratou de pensar o planejamento estadual articulado ao planejamento nacional e em cooperação com os estados vizinhos. O Gabinete de Planejamento, a quem cabia a programação dos investimentos, deveria, portanto, “estudar a efetiva integração do Estado no Plano de Ação Econômica do Governo da República, através da formulação de medidas que tenham por alvo os objetivos comuns” (Art. 12 da Lei Estadual de Santa Catarina n.º 3.791, de 27 de dezembro de 1965).

Isto se fazia em tempos de restrição das liberdades políticas e por governos cuja composição desagradava aos militares, como no caso dos Vice-Governadores Doutel de Andrade (eleito para o período 1961-1966) e Francisco Dall’Igna (compondo chapa para o período 1966-1970). Ambos do PTB, tiveram seus direitos políticos cassados pelo regime militar, em 1966, quando voltou ao executivo estadual, um membro da oligarquia Konder-Bornhausen — grupo político que ficara de fora do Palácio Rosado quando Antonio Carlos Konder Reis, perdeu a segunda eleição consecutiva da UDN. Assumiu o cargo de Vice-

Governador Jorge Konder Bornhausen, que se mostraria homem de confiança da ditadura em anos vindouros. (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, 2001)

Sem destoar dos planos anteriores se gastou mais com infraestruturas como transportes (55,1% do total) e energia (11,2% do total, cerca de NCr\$ 16,6 milhões), do que com o restante das metas. O resultado para os transportes foi de 121 km e rodovias estaduais pavimentadas (46% da meta) e 785 km implantados (61% da meta). Além disso, pavimentaram-se também 538 km de rodovias federais (GOULARTI FILHO, 2002)

Durante a década de 1960 foi nítido o esforço da Celesc em expandir a capacidade de geração própria para atender a energia requerida total por seus consumidores. Mas o fato é que desde a inauguração das duas primeiras unidades da SOTELCA, entre julho de 1965 e março de 1966, a Celesc pôde ampliar o número de ligações sem estar obrigada a promover aumento proporcional no investimento em geração. Isso fica perceptível na evolução da área de atendimento da empresa, que entra num forte movimento de expansão em 1964, após os aportes financeiros para construção de linhas de transmissão que a interiorizaram e deram unidade a seu sistema. De pouco menos de um terço a área de cobertura da Celesc passa a mais de 75% do território do estado.

Durante o II PLAMEG foram concluídas as obras das linhas de transmissão que partiam da SOTELCA para Florianópolis e Joinville; construída a linha que ligava o planalto norte de Santa Catarina a Joinville e; estendida a linha que partia de Tubarão para Lages, alcançando Joaçaba e São Miguel d'Oeste. Em 1967 entrou em operação a última usina da Celesc, Hidrelétrica Governador Ivo Silveira, projetada no início da década, quando era conhecida por "Usina Santa Cruz" (nome do rio que deságua próximo a foz do Canoas), tinha previsão inicial de operação no segundo semestre de 1964, com 4800 kW, e ainda seguia o modelo antigo de usinas hidrelétricas. Foi construída também a linha de transmissão que ligava essa usina a carga em Joaçaba. (CELESC, vários anos)

Já no início de 1969, ao falar dos trabalhos da Celesc e a da CEE, Ivo Silveira, gabava-se dizendo, em discurso na Assembleia Legislativa, "Estendi pelos céus catarinenses, através dos dois órgãos especializados, 4.674 quilômetros de linhas de transmissão e de distribuição, índice jamais alcançado neste setor em Santa Catarina" (IVO SILVEIRA, 1969. p. 8). Todavia, tal proeza só foi possível dada a divisão de funções dentro do setor elétrico. O governador Ivo Silveira poderia não ter percebido, mas no início da década de 1970 a Celesc reconhecia expressamente a segmentação das funções e dos investimentos no setor ao tecer aos acionistas sobre o papel do governo federal na elevação da potência instalada no Brasil de 4 mil MW para 13 mil MW em 10 anos de existência da Eletrobrás, cabendo ao estado e à Celesc "(...) dirigir o maciço dos seus recursos mobilizáveis para o campo da distribuição, quase que restritamente (...)" (CELESC, 1972. p. 1). Como veremos isto fica claro nos planos de governo posteriores. Além do mais



já era aberta a intenção de aumentar a área de cobertura da Celesc para a totalidade do estado.

#### **2.4 - Projeto Catarinense de Desenvolvimento - PCD (1971-1974)**

Com o fim do pluripartidarismo, a partir de 1966 as oligarquias Konder-Bornhausen e Ramos passam a dividir a mesma agremiação política, a Arena. Mesmo assim há uma evidente opção dos militares pelos Konder-Bornhausen<sup>21</sup>, na década de 1970. O primeiro governador biônico foi Colombo Machado Salles, até então praticamente ausente da vida política no estado, e esse teria escolhido um empresário da indústria de alimentos do oeste, Atílio Fontana, para ser seu vice. Junto a Salles trabalhou Alcides Abreu, renomado técnico de planejamento e bastante influente na elaboração do primeiro e segundo PLAMEG — que tendo a candidatura para governador pelo PSD derrotada na convenção do partido em 1965, aceitou convite de Salles para trabalhar em Brasília e depois em seu governo<sup>22</sup>. Esse governo ficou conhecido pela composição de um quadro tecnocrático e por um plano de investimentos volumoso<sup>23</sup>, com Alcides Abreu coordenando esse Projeto Catarinense de Desenvolvimento. (SANTOS, 2013; RWB, 2016)

Não houve mudança essencial em relação aos planos anteriores. Segundo Fernando Marcondes de Mattos (informação verbal) - que participou diretamente das experiências de planejamento em Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970 -, dentre os planos de intervenção estatal de Santa Catarina foi o primeiro Plameg que de fato inovou, sendo que os seguintes deram continuidade em seu formato de planejamento. Já para Hoyedo Gouveia Nunes (informação verbal) - que também compôs as equipes de elaboração e execução dos Plameg I e II e do PCD -, a diferença entre os planos residia na ênfase aos diferentes setores. Não é difícil imaginar que depois de investido em determinado setor e superado algum obstáculo, o problema do planejamento se repunha de outra forma, alterando a prioridade com que cada governo se deparava ao chegar ao Palácio Rosado. Isso é perceptível na parcela dos recursos que se destinava ao setor elétrico. No final da década de 1950 e primeira metade da década de 1960 o percentual das previsões orçamentárias para o setor de energia era bastante superior aos observados ao

---

<sup>21</sup> Os próximos designados pela ditadura, antes das eleições de 1982, seriam Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen.

<sup>22</sup> Conforme relata Mattos (informação verbal), a escolha do candidato Ivo Silveira, em detrimento da candidatura de Alcides Abreu, decorreu de articulação política de Aderbal Ramos da Silva, importante líder do partido, empresário, e membro da oligarquia Ramos. Mas ao que parece Alcides Abreu não se afastou dos Ramos.

<sup>23</sup> “Carnê fartura”, como chegou a ser chamado o plano nos bastidores da política catarinense, em alusão ao volume de recursos previstos (SANTOS, 2013).

final da década de 1970. Tudo mudou quando o governo federal investiu em geração de energia elétrica, ou seja, com a entrada em operação da SOTELCA, e a geração de energia elétrica (segmento que mais demanda investimentos para implantação) foi gradativamente reduzindo sua necessidade de recursos estaduais.

Tabela: **Participação dos investimentos no setor elétrico nos planos catarinenses, de 1955 a 1979.**

Plano	Previsão
POE 1955-1960	35,0%
PLAMEG 1961-1965	26,6%
PLAMEG II 1966-1970	11,2%*
PCD 1971-1974	5,6%
PG 1975-1979	-

Fonte: GOULARTI FILHO, 2002. \*Dado percentual do valor total executado.

Além de contemplar o setor da energia elétrica, o plano foi subdividido num orçamento plurianual de investimentos que abrangia diversas áreas, das quais se destacavam transportes e telecomunicações<sup>24</sup>. Essa última, que vinha se expandindo muito lentamente, sendo que até 1970 só existiam 17 mil linhas telefônicas instaladas no estado, deu um salto em toda sua infraestrutura a ponto de chegar a 85,5 mil terminais em 1975, devido a investimentos estaduais e federais — quando da incorporação da Companhia Catarinense de Telecomunicações - COTESC<sup>25</sup> pela TELEBRAS, formando-se a Telecomunicações de Santa Catarina - TELESC. Nos transportes, ao final de 1974, tinha-se alcançado 44,4% do plano inicial para implantação rodoviária (574,5 km foram implantados) e 37,3% para pavimentação (270,5 km já haviam sido pavimentados). Grande obra, no período foi feito o aterro da Baía Sul em Florianópolis e construída uma nova ponte ligando a ilha ao continente. Muitas outras obras nos transportes foram implementadas. Além desses pontos, sem nos ater a um balanço minucioso do plano, destacaríamos a ação no saneamento básico, por meio da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN para adequação ao Plano Nacional do Saneamento, e também a criação da Companhia de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina – PRODASC, em 1975 (transformada em Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC, em 1987) e a transformação do FUNDESC em Bando de Desenvolvimento

<sup>24</sup> Os outros itens do orçamento, aprovados pela Lei Estadual de Santa Catarina nº 4.574, de 29 de junho de 1971, são: Modernização Administrativa, Desenvolvimento Microrregional, Saneamento Básico, Expansão e Modernização Industrial, Recursos Humanos e Tecnológicos, Agricultura, Saúde, Segurança e Informações, Edificações e Atividades Culturais. (SANTA CATARINA, 1975)

<sup>25</sup> A Lei Estadual nº 4822, de 10 de janeiro de 1973, dispensava a necessidade de participação majoritária do estado na composição do capital, permitindo a incorporação da sociedade.

do Estado de Santa Catarina – BADESC, em 1975<sup>26</sup>. No sistema financeiro o estado promoveu também a expansão do BESC — que alcançou, então, o número de 50 agências e 13 postos de serviço — e da Caixa Econômica Estadual (SANTA CATARINA, 1975). Soma-se ao legado do Governo Salles a divisão microrregional do estado. O território foi inicialmente dividido em 13 microrregiões (Decreto Estadual de Santa Catarina nº 844 de 28 de setembro de 1971, em conformidade com a Resolução nº 5, de 03 de março de 1969, da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas - CONPLAC) e posteriormente aumentado, para fins de homogeneização e planejamento.

O consumo de energia elétrica em Santa Catarina, nesse momento, era majoritariamente abastecido pela Usina Termelétrica Jorge Lacerda, que passava por obras de ampliação em mais 132 MW e, desde 1972, era controlada pela ELETROSUL<sup>27</sup>. Conforme convênios assinados em 1973, as circuitos elétricos sulinos interligavam-se peremptoriamente e já em 1974 foram energizados temporariamente também pela Cesp, em operação do Grupo Coordenador para Operação Interligada-Sul – GCOI-Sul. Curiosamente, os acordos de 1973 entre Celesc, Eletrosul, Copel e CEEE antecipavam-se em poucos meses ao choque do petróleo e revisavam os planos de expansão do parque gerador regional, observando os anos de intenso crescimento econômico e a elevação do consumo per capita. Por conta disso, anos depois, as redes elétricas dos estados sulinos contariam ainda com novas ampliações em termoelétricas, inclusive Jorge Lacerda e Candiota, e receberiam energia elétrica produzida por Itaipu (CABRAL, 2008). Os esforços do estado de Santa Catarina, portanto, puderam concentrar-se na construção — e também no Programa de Incorporações da Celesc, iniciado na primeira metade da década de 1970 (CELESC, 1973) — de linhas de transmissão, subtransmissão, subestações e redes de distribuição. Desta forma, foram superadas as metas já no primeiro triênio do PCD. Novos 381 km de linhas transmissão de 130 kV (contra meta de 282 km) e 371 km em linhas de 69 kV (contra meta de 363 km) foram construídos. Para o programa de eletrificação rural foi criada a Empresa de Eletrificação Rural de Santa Catarina – ERUSC<sup>28</sup>, em 1973, e extinta a CEE, para qual restara quase exclusivamente esse papel. Graças a novos recursos captados junto ao BID, alcançou-se 12 mil novos consumidores em redes de extensões rurais. (SANTA CATARINA, 1975)

---

<sup>26</sup> Tudo isso foi previsto e autorizado na reforma administrativa de 1970, sancionada por Ivo Silveira, que também criava a Casan (Lei Estadual de Santa Catarina nº 4.547, de 31 de dezembro de 1970).

<sup>27</sup> Entre 1971 e 1973 foram incorporadas pela Eletrosul a Termochar de Charqueadas-RS, Termoal de Alegrete-RS e a Sotelca de Tubarão-SC, além de termoelétricas menores como a UTE da CSN, na localidade de Capivari. No Paraná a Usina Termoelétrica de Figueira – UTEFPA permaneceu sob controle da Copel. (CABRAL, 2008)

<sup>28</sup> Lei Estadual de Santa Catarina nº 4.824, de 15 de janeiro de 1973. Cria a Erusc e extingue a CEE, incorporando seus compromissos, seus bens, servidores e até mesmo o saldo orçamentário deste órgão para aquele ano.

Notável foi a expansão da Celesc, que se permitindo estagnar seu parque gerador, ampliou sua cobertura de distribuição direta a 82,7% do território catarinense em 1974, contra 71,8% de 1969. E demonstrando uma certa predileção dos investimentos em redes de transmissão para a expansão da cobertura da Celesc no estado, até mesmo para os anos posteriores, a área atendida em grosso<sup>29</sup> pela Celesc subiu de 0,19%, em 1969, para 10,25%, em 1974 (SCHMITZ; ALMEIDA, 1996). O incremento foi de quase 95 mil novas unidades consumidoras, no período, com o que corroborou, evidentemente, a Erusc, já que as taxas desse crescimento alargaram-se após sua criação, em 1973 (Lei Estadual de Santa Catarina nº 4.824, de 15 de janeiro de 1973).

No campo a energia elétrica foi substituto das fontes rudimentares como rodas d'água, lenha e carvão vegetal para o beneficiamento de cereais, produção de farináceos, cerâmica e oleira, etc., e também para o uso doméstico, o que permitiu a redução do intenso uso de recursos vegetais e da dependência de características morfológicas do território. É necessário frisar que em muitas das regiões interioranas a que chegou a eletrificação rural não só a agropecuária, mas a indústria foi bastante beneficiada, sobretudo de processamento de alimentos. Antes da chegada das linhas das concessionárias (da Celesc ou pequenas concessionárias e cooperativas) a autoprodução foi a única alternativa, para a qual utilizavam de geradores a diesel. Nesses locais se fazia uso combustível também de derivados do petróleo em veículos e equipamentos mecanizados, que em anos vindouros seriam cada vez mais utilizados. Assim, não é difícil presumir que mesmo após as ligações elétricas terem chegado, não foi reduzido o consumo de derivados do petróleo. Não obstante, a eletrificação permitiu deslanchar uma gama de produtos no interior do estado. (LAGO, 1978)

## **2.5 - Plano de Governo - PG (1975-1979)**

O desenvolvimento da própria atividade de planejamento governamental exigia o aprimoramento da produção de conhecimento sobre a economia nacional, do qual é emblemática a criação do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada – Epea (em 1964), com sucessor no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – Ipea, a partir de 1967 (Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967). Ao órgão coube o planejamento dos governos militares, e seus estudos tiveram como produto o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG e o Programa Estratégico de Desenvolvimento – PED (que surgiu inicialmente como Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social e serviu de base

---

<sup>29</sup> Fornecimento em grosso é a expressão usada para referir-se a venda de energia elétrica para outras distribuidoras, no que se computa sua área de atendimento.

ao PED), além de subsidiarem o primeiro e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento - PND. No setor de energia, desde 1964, o Ministério das Minas e Energia, organizou o Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, cujos estudos também integraram os documentos de elaboração desses planos, indicando obras a serem realizadas. Também é dos anos 1960 a criação de superintendências regionais, ligados ao Ministério do Interior, como no caso da Superintendência para o Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL<sup>30</sup>, para produção de conhecimento e preleção do planejamento regional. Esses organismos terão bastante influência nos programas de governos.

Com o planejamento consolidado no país e no estado de Santa Catarina como instrumento de governo — até porque a Reforma Administrativa do estado de 1970 assim o concebia —, mesmo os liberais, como a oligarquia Konder-Bornhausen, tiveram de se submeter a ele, pelo menos formalmente. O país vivia anos de intensa industrialização pesada, coordenada pelo poder central de Brasília, que implantava no parque industrial nacional as tecnologias da segunda revolução industrial. Não fora por isso, pela existência do II Plano Nacional de Desenvolvimento, dificilmente poderíamos identificar o planejamento no estado, na segunda metade da década de 1970, como uma aproximação desenvolvimentista<sup>31</sup>.

Nesse ensejo, no período de exercício do governador biônico Antônio Carlos Konder Reis, preparou-se, inclusive utilizando de estudos realizados pela SUDESUL, seu Plano de Governo. Como bem ressalta Goularti Filho (2002), tratava-se mais de um orçamento plurianual para algumas áreas que um plano de intervenção estatal. Não haviam programas específicos com previsão de gastos como tiveram o I e II Plameg e o PCD. Um Conselho Estadual de Desenvolvimento foi incumbido da execução dos programas setoriais, em que, novamente, transportes e telefonia foram prioritários, sendo que o lema do plano era “governar e encurtar distâncias” (Lei Estadual Santa Catarina n.º 5.088, de 06 de maio de 1975). Assim, mais de 600 km foram pavimentados e a cobertura de serviços telefônicos chegou a todos os 197 municípios.

Para energia elétrica privilegiou-se, como no PCD, os investimentos em linhas de distribuição, e na eletrificação rural, permanecendo de grande importância a atuação da ERUSC. Esse caminho era possível porque na geração o governo federal ampliou a capacidade do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda (ELETROSUL) para 450 MW, o que fazia parecer pequeno até mesmo a capacidade de geração de 15 MW de outra estatal

---

<sup>30</sup> Que mesmo tendo sido precedida pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País – SPVERFSP, somente a partir de 1967, ano da incorporação pela SUDESUL, teve maior relevância e uma estratégia de desenvolvimento. (GOULARTI FILHO; ALMEIDA; CARDOSO, 2012)

<sup>31</sup> Não por acaso, suas diretrizes, anexo ao texto legal, citava um liberal como Eugênio Gudín. (Lei Estadual Santa Catarina n.º 5.088, de 06 de maio de 1975)

federal, a Indústria Carboquímica Catarinense – ICC, também instalada durante o II PND, em Imbituba — que gerava energia no processo de transformação de pirita carbonosa em ácido sulfúrico para consumo próprio e para distribuição nos arredores. (MORAES, 2004)

Para financiamento o governo do estado contava com o BADESC, que privilegiou os empréstimos às atividades industriais e agroindustriais, ao passo que o BRDE, gerindo recursos do BNDE, reservava a menor fatia entre os três estados sulinos para Santa Catarina, destinando recursos também majoritariamente a indústria, sobretudo têxtil e alimentar, até 1980 (GOULATI FILHO, 2002). Extinto o FUNDESC — que fora transformado em BADESC, como já vimos —, criou-se o Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas – PROCAPE, com base no ICM e na recompra de ações, dividendos e bonificações, vigorando até 1984 — e pelos próximos 4 anos não houve mais nenhum programa específico de incentivos fiscais com base semelhante (GOULARTI, 2014). O BESC também continuou sua interiorização, abrindo mais 56 agências. Além disso, o PG contou ainda com US\$ 200 milhões angariados no exterior, dos quais US\$ 43,8 milhões foram captados, em 1978, junto ao BIRD pela Celesc e outros US\$ 10 milhões, captados também pela Celesc, junto ao Toronto Dominion Bank, destinando-se ao seu programa de investimentos (CELESC, 1979).

Chegava-se, contudo, a década de 1980 e a outro momento das finanças mundiais. Os recursos externos escassearam-se, houve problemas para financiar os déficits fiscais do Estado e na política emergia o pensamento neoliberal. Em Santa Catarina, tinha tomado posse como último governador biônico Jorge Konder Bornhausen, um liberal-conservador. Seu “Plano de Ação”, era pura inércia do período anterior, pavimentando rodovias, continuando a eletrificação rural e a expansão do Besc. Restava ainda Badesc e Procape, que serviram ao financiamento da expansão econômica e do setor público. Goularti Filho bem sintetiza o momento da seguinte forma:

Com os investimentos necessários para superar as deficiências estruturais da economia catarinense nos anos 40 e 50, os problemas fundamentais já estavam em boa medida solucionados no início dos anos 80: 2.864 km de rodovias pavimentadas; 689.000 kW de potência geradora e a Celesc atingindo quase totalidade do estado; 97.841 assinantes da Telesc; três portos aparelhados (Imbituba, Itajaí e São Francisco) para atender as exportações [...]; e dois bancos de fomento bem consolidados, Badesc e BRDE. Do ponto de vista da infraestrutura, a função do Estado nos anos 80 foi de manter e modernizar a estrutura existente, enquanto nos anos 90, foi a de desmontá-la com a venda do patrimônio público. (p. 222)

Os grandes problemas haviam sido enfrentados pelo planejamento. Santa Catarina teve nesses anos seu parque industrial dinamizado. Encerrava-se uma era de planejamento e os governadores puderam dar-se o luxo de afrouxar o comando da economia, já nessa época, mais robusta e competitiva.

### 3 – Considerações finais

A história reservaria para o século XXI a utilização do imenso potencial para geração de energia elétrica que é a bacia do Uruguai, com a construção de mega hidrelétricas, numa nova aparição do planejamento estatal. Abastecido por grandes usinas termelétricas, o estado do Rio Grande do Sul pôde deixar de aproveitar o potencial energético do rio Pelotas, que corre encaixado na Serra Geral, a propósito, uma das mais importantes áreas de preservação da Mata Atlântica. Já em Santa Catarina o aproveitamento da bacia do poluído Canoas foi feita, até então, por usinas hidrelétricas de pequeno porte.

De fato, a termelétricidade de grande porte, então dependente dos investimentos da esfera federal, demorou mais para se instalar em Santa Catarina do que nos estados vizinhos. Isso obrigou a Administração estadual conhecer e intervir nessa infraestrutura básica desde a década de 1950. Até o momento em que foram postas em operação, na metade da década de 1960, as duas primeiras unidades do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (desde 1997 privatizado), a Celesc era a principal responsável pelo incremento da produção de energia elétrica — agindo emergencialmente, até o início dos anos 1960, no litoral e vales atlânticos, espaço geográfico de aproximadamente um terço do território do estado —, e o suprimento de carga da malha de circuitos elétricos permanecia dependente de seus investimentos em novas usinas. A secção entre geração, transmissão e distribuição, processava-se desta forma nesse território, no período analisado: a União assumia a responsabilidade de construir as novas plantas geradoras, em patamar muito superior daqueles empreendimentos do Estado, que agora construiria as linhas de transmissão e distribuição — desta forma, foi diferente de outros estados onde o capital privado assumiu amplamente a iniciativa da distribuição de energia elétrica (hoje, três quintos do total da energia elétrica consumida no país são distribuídos pelo setor privado). Esse esquema foi parcialmente modificado à medida que o Governo Federal, por meio da Eletrosul, assumiu também a responsabilidade pelas grandes linhas de transmissão.

Os pouco mais de 100 MW — ou seja, o que gera 2,3% da energia elétrica em Santa Catarina — de capacidade instalada da subsidiária da Celesc para geração de energia elétrica (que assim como CEEE e outras passou a operar como *holding*, desde 2006, dado novo marco regulatório do setor) provém de usinas remanescentes dos planos de desenvolvimento analisados neste trabalho. É bem verdade que os dados de geração da vizinha CEEE são bem maiores, já que, participando nos recentes projetos do setor, chega a dispor de mais de 900 MW de potência instalada. No Rio Grande do Sul a transmissão também é feita pela mesma empresa, que por outro lado, se conecta a diversas

distribuidoras, sendo que CEEE Distribuição cobre um terço do território rio-grandense (o restante se divide entre AES Sul, RGE, Concessionárias Municipais e Cooperativas de Eletrificação Rural). Em Santa Catarina, atualmente a Celesc alcança 261 dos 297 municípios, dos quais 241 exclusivamente. Assim a Celesc Distribuição é uma das maiores prestadoras de serviços de distribuição de energia elétrica no país. Daquele movimento nacional de constituição de empresas públicas estaduais, restaram oito, em Roraima, Amapá, Distrito Federal, Minas Gerais, Goiás e nos três estados do Sul, onde se destacam nacionalmente pelo alcance de suas redes a Cemig, Copel, Celg e Celesc.

Desde 2011 a Eletrosul voltou a produzir energia elétrica e hoje operam em Santa Catarina duas de suas PCHs (que somam 34MW) e a Usina Megawatt Solar, uma experiência no terraço da sede da empresa. Ademais, outros dois projetos de PCH, que não tiveram a construção iniciada são previstos para Lages.

#### **4 - Referências Bibliográficas**

CELESC. **Relatório Decenal 1961-1970**. Florianópolis, 1971.

CELESC. **Relatório anual 1962**. Florianópolis, 1963.

CELESC. **Relatório anual 1963**. Florianópolis, 1964.

CELESC. **Relatório anual 1964**. Florianópolis, 1965.

CELESC. **Relatório anual 1965**. Florianópolis, 1966.

CELESC. **Relatório anual 1971**. Florianópolis, 1972.

CELESC. **Relatório anual 1978**. Florianópolis, 1979.

CABRAL, Ligia Maria Martins (org.). **Eletrosul 40 anos**. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2008.

COMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE SANTA CATARINA. **Plano de Obras e Equipamentos – Setor Energia**: Relatório das atividades na execução do Plano de Obras e Equipamentos, no setor de energia, afetas à CEE, correspondentes ao 1º semestre de 1957. CEE, 1957.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ENGENHARIA. **Plano Regional de Eletrificação do Estado de Santa Catarina do Governo Jorge Lacerda**. Rio de Janeiro: CBE, 1957.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Conferências sobre energia começaram ontem**. pg 1. Quinta-Feira 07 de fevereiro de 1963.



JORNAL DO BRAIL. **Eletrobrás**: ligação do Brasil com o progresso. p. 31. Quarta-feira, 22/01/1964.

GOULARTI, Juliano Giassi. **Desenvolvimento desigual**: incentivos fiscais e acumulação em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, A. S. ; CARDOSO, M. A. C. . SUDESUL: suas concepções de desenvolvimento e suas estratégias no processo de planejamento 1956-1989. In: VI Encontro de Economia Gaúcha, 2012, Porto Alegre. **Anais do VI Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2012.

\_\_\_\_\_; MORAES, Fábio F. Usina termoeletrica em Santa Catarina: da concepção da SOTELCA à privatização da Jorge Lacerda. IN: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

IVO SILVEIRA. **Discurso do governador Ivo Silveira no 3º aniversário de sua administração**. Florianópolis, 1969.

LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina**: dimensões e perspectivas. Porto Alegre: Meridional, 1978.

MATTOS, Fernando Marcondes de. Entrevista concedida a Alcides Goularti Filho e Fábio Farias de Moraes. Florianópolis, 11 de junho de 2003. [Disponível no arquivo Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina do Centro de Documentação da Universidade do Extremo Sul Catarinense]

MORAES, Fábio F; GOULARTI FILHO, Alcides. A Companhia Siderúrgica Nacional na formação do complexo carbonífero catarinense. IN: CAROLA, Carlos Renato (Org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**: impactos sociais e ambientais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

\_\_\_\_\_. A Indústria Carboquímica Catarinense: uma solução ou um problema? In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

NUNES, Hoyêdo Gouveia. Entrevista concedida a Alcides Goularti Filho e Fábio Farias de Moraes. Florianópolis, 20 de junho de 2003. [Disponível no arquivo Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina do Centro de Documentação da Universidade do Extremo Sul Catarinense]

RWB. **A entrevista com o professor Alcides Abreu, em 19/01/2011**. Disponível em: <http://rwbrasil.net/memoria-rwb-entrevista-com-alcides-abreu-para-sempre/>. Acesso em 15/04/2016.

SANTA CATARINA. **Plano de Obras e Equipamentos**: Mensagem enviada à Assembléia Legislativa, em 3 de março de 1955, pelo Sr. Governador Irineu Bornhausen e relatório apresentado a S. Excia. pelos Secretários de Estado dos Negócios de Educação, Saúde e Assistência Social, Viação e Obras Públicas e Agricultura. Florianópolis, 1955.

SANTA CATARINA. GUALBERTO, Annes. Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Estado (Org.). **Resposta ao questionário básico**: contribuição ao I Seminário de Planejamento Estadual CEPAL/BNDE. Florianópolis, 1965.

SANTA CATARINA. HILDEBRAND, Hamilton José. Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Estado (Org.). **Plameg**: Governo Ivo Silveira. Florianópolis, 1969.

SANTA CATARINA. **Santa Catarina 1971-1975**: Governo Colombo Machado Salles. Florianópolis, 1975.

SANTOS, Vitor. **A história de Colombo Salles, governador por acidente**. 2013. Disponível em: [http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/colombo-salles-governador-por-acidente](http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/colombo-salles-governador-por-acidente). Acesso em 15/04/2016.

SCHMITZ, Sérgio; ALMEIDA, Rufino P. **CELESC 40 anos**: uma visão social. Florianópolis: Centrais Elétricas de Santa Catarina, 1996. (Relatório preliminar)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Resenha eleitoral – nova série**: eleições catarinenses 1945-1998. Florianópolis: TRESC, 2001.

Páginas da internet:

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE DO BRASIL. **1948-1963 - Políticas de governo e empresas públicas.** Disponível em: <http://www.memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pag=6&codTit1=44356&pagina=destaques/linha/1948-1963&menu=381&iEmpresa=Menu>. Acesso: 30/03/2016 as 23h04.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA: <http://www.abradee.com.br/>. Acesso em: 13/04/2016, às 15h22.

CELESC. **A CELESC.** Disponível em: <http://novoportal.celesc.com.br/portal/index.php/celesc-holding>. Acesso em: 01/04/2016, às 14h16.

CEEE. **A CEEE Geração e Transmissão.** Disponível em: <http://www.ceee.com.br/pportal/ceee/Component/Controller.aspx?CC=12457>. Acesso em: 13/04/2016, às 15h40.

ANEEL.. **Banco de Informações de Geração:** Capacidade de Geração no Estado – Santa Catarina. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/ResumoEstadual/CapacidadeEstado.cfm?cmbEstados=SC:SANTA%20CATARINA>. Acesso em 13/04/2016, às 15h32.

Leis e decretos:

Lei Estadual de Santa Catarina Nº 505, de 13 de agosto de 1951.

Lei Estadual de Santa Catarina Nº 1.365, de 4 de novembro de 1955.

Lei Estadual de Santa Catarina Nº 1.627, de 18 de dezembro de 1956.

Lei Estadual de Santa Catarina Nº 2.772, de 21 de julho de 1961.

Lei Estadual Santa Catarina n.º 3.698, de 12 de julho de 1965.

Lei Estadual Santa Catarina n.º 3.791, de 27 de dezembro de 1965.

Lei Estadual Santa Catarina n.º 5.088, de 06 de maio de 1975.

Lei Federal Nº 2.308, de 31 de agosto de 1954.

Lei Federal nº 4.454, de 06 de novembro de 1964.

Decreto Federal nº 39.015, de 11 de abril de 1956.

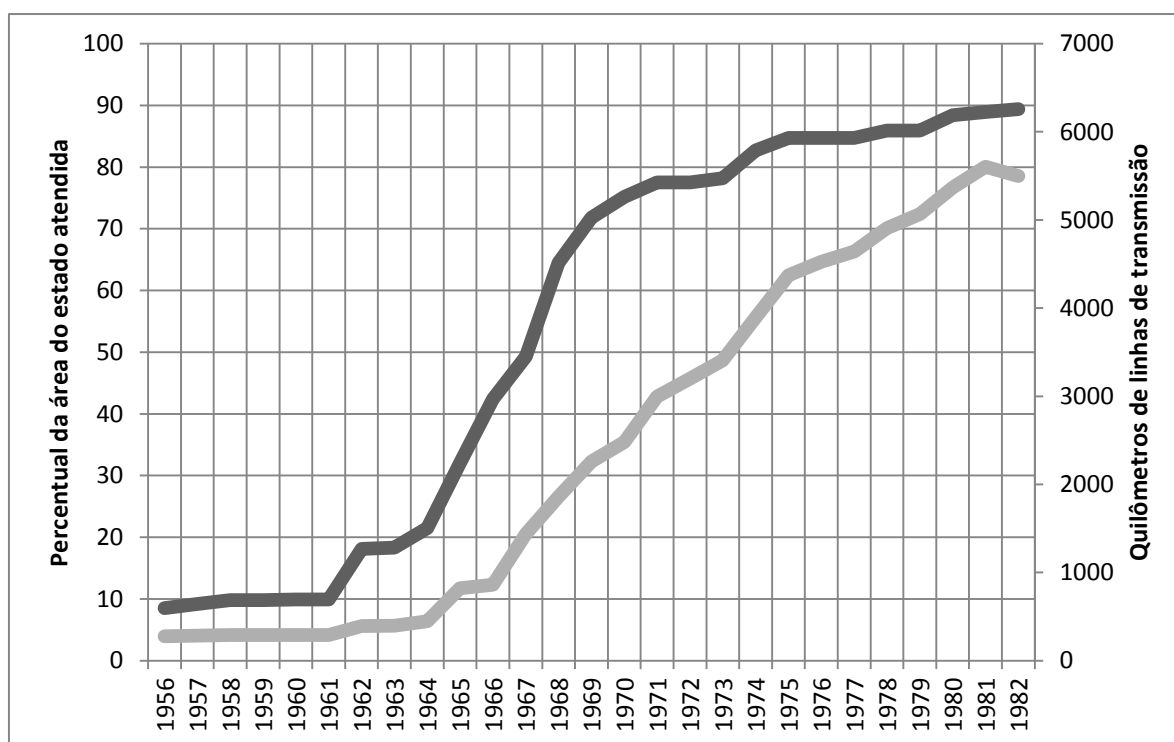
## 5 - Anexos

Tabela: **Produção total e participação das principais empresas geradoras de energia elétrica em Santa Catarina - 1950/55.**

Total SC (MWh)	ForçaLuz	Empresul	UTE
118.081	49%	25%	11%
119.802	46%	23%	19%
138.395	47%	21%	19%
150.149	45%	18%	29%
186.167	41%	22%	27%
207.423	40%	14%	33%

Fonte: SANTA CATARINA, POE, 1955; CELESC (1960); COMPANHIA BRASILEIRA DE ENGENHARIA (1957)

Gráfico: **Evolução das redes das Celesc – 1955 a 1982.**



Fonte: GOULARTI FILHO (2002); CELESC (vários anos); SCHMITZ, ALMEIDA (1996). Nota: os valores para quilômetros de linhas de transmissão dos períodos entre 1956-64 e 1971-74 são estimados.